

PROJETOS DE LEI CÂMARA

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLC 3968/97	Isenta os órgãos públicos e as entidades filantrópicas do pagamento de direitos autorais pelo uso de obras musicais e lítero-musicais em eventos por eles promovidos	15/09/2017 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-8469/2017.	10/04/2017 Comissão Especial destinada a proferir parecer ao Projeto – Prazo de Vista Encerrado	23/09/2015 - Dep. Renata Abreu (PTN-SP)
OK				
PLC 4050/04	Dispõe sobre a obrigatoriedade de equipar com desfibriladores cardíacos os locais e veículos que especifica.	Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 684/15/PS-GSE.		
OK				
PLC 2885/15	Assegura a acesso, independente da cobrança de qualquer valor, de educadores físicos a estabelecimentos de prática de exercício físico para acompanhar seus alunos.	20/12/2017 Parecer da Relatora, Dep. Flávia Moraes (PDT-GO), pela rejeição deste, e do PL 7492/17, apensado 24/05/2018 Apresentação do Requerimento de Apensação n. 8718/2018, pelo Deputado Nelson Marquezelli (PTB-SP), que: "Nos termos do que dispõe o art. 142 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, requiro a Vossa Excelência a apensação do Projeto de Lei nº 10297/2018 ao Projeto de Lei nº 2885/2015, por tratarem de matérias correlatas e se encontrarem em fase em que se permite apensação, nos termos regimentais"		19/10/2015 Dep. Flávia Moraes (PDT-GO)
OK				

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLC 4667/16	"Determina que todos os estabelecimentos para pratica de exercícios físicos possuam posto médico com materiais e profissionais habilitados para procedimento de ressuscitação Cardio Pulmonar e intervenções de urgências"	14/12/2017 Recebimento pela Comissão de <u>Seguridade Social e Família - CSSF</u>		18/05/2018 Dep. Felipe Bornier (PROS-RJ)
OK				
PLC 7595/2014	Altera a Lei nº 10.098 de 19 de dezembro de 2000, para dispor sobre acessibilidade em academias.	09/02/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Desarquivado nos termos do Artigo 105 do RICD, em conformidade com o despacho exarado no REQ-158/2015	Não sofre alterações desde 09/02/2015	Sem Relator
OK				
PL 3887/2015	Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de atestado de boa saúde, fornecido por médico, antes da matrícula em academias, clubes e escolas de artes marciais, para a prática de quaisquer atividades físicas, e dá outras providências.	07/11/2017 Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição n. 7618/2017, pelo Deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), que: "Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.887, de 2015"	13/11/2017 Retirado de tramitação	
OK				
PL 5239/2016	Acrescenta § 2º ao art. 1º da Lei nº 9.965, de 27 de abril de 2000, para tornar obrigatório para os estabelecimentos que especifica alertar sobre os riscos do uso de substâncias anabolizantes sem indicação médica.	06/06/2017 - COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Parecer recebido para publicação. Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão do Esporte Publicado em avulso e no DCD de 07/06/17 PÁG 373 COL 01, Letra A	06/06/2017 - (CCP) – Parecer Aprovado e Publicado	05/04/2017 Dep. Renata Abreu (PTN-SP)
OK				
PLC 598/2011	Estabelece diretrizes para o funcionamento de empresas de condicionamento físico, tais como academias de ginástica, de musculação, de natação, escolas esportivas em geral e similares, e dá outras providencias.	18/12/2014-Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) - Apresentação do Parecer do Relator n. 2 CTASP, pelo Deputado Alex Canziani (PTB-PR). Parecer do Relator pela aprovação, com substitutivo. 15/09/2015 - (CTASP) - Devolução à CCP, arquivado de acordo com o art. 105 do RICD.	31/01/2015 Arquivada	Dep. Alex Canziani (PTB-PR)

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
OK				
PLC 4443/2004	Dispõe sobre a obrigatoriedade das Academias de Ginásticas se equiparem com desfibriladores cardíacos externos semi-automáticos e dá outras providências.	04/12/2015 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.	04/12/2015 Arquivado, nos termos do art. 163 c/c 164, § 4º do RICD.	Sem Relator
PLC 4347/98	Estabelece diretrizes para uma política de prevenção e defesa dos trabalhadores, em relação aos trabalhos com movimentos repetitivos, e dá outras providências. Explicação da Ementa Define as lesões por esforços repetitivos - LER ou DORT.	26/07/2016 Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) Apresentação do Parecer do Relator n. 1 CSSF, pelo Deputado Darcísio Perondi (PMDB-RS). Parecer do Relator, Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS), pela rejeição do PL nº 4.347/1998 e dos PL's nºs 1.897/1999, 3.319/2000, 6.213/2005 e 317/2007, apensados. Inteiro teor	26/07/2016 - Parecer na CSSF pela rejeição esperando ser apreciado	08/07/2009 - Dep. Darcísio Perondi (PMDB-RS)
X				
PLC 1371/07	"Acrescenta parágrafo único ao art. 2º da Lei nº 9.696, de 1º de setembro de 1998". Explicação da Ementa: Determina que não estão sujeitos à fiscalização dos Conselhos Regionais de Educação Física os profissionais de dança, artes marciais e ioga, capoeira e método pilates, seus instrutores, professores e academias.	26/04/2017 Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Aprovado requerimento da Sra. Alice Portugal que requer a realização de Audiência Pública da Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, destinada a debater o Projeto de Lei nº 1.371/2007.	Aguardando Parecer do Relator 07/04/2015	13/11/2013 - Dep. Flávia Morais (PDT-GO)
X				
PLC 7006/13	Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho para disciplinar normas especiais aos Profissionais da Educação Física	18/11/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Retirado de pauta a requerimento da Deputada Erika Kokay.	Parecer do Relator, pela aprovação deste e do PL618/2015, apensado, com substitutivo.	08/04/2015 - Dep. Walney Rocha (PTB-RJ)
OK				

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLC 879/15	Dispõe sobre a isenção do Imposto de Importação e do Imposto sobre Produtos Industrializados para equipamentos e materiais esportivos adquiridos por academias. Explicação da Ementa: Altera a Lei nº 10.451, de 2002.	16/05/2018 Apresentação do Requerimento de Urgência (Art. 155 do RICD) n. 8674/2018, pelo Deputado Alexandre Valle (PR-RJ), que: "Requer urgência para o Projeto de Lei nº 879, de 2015"	26/04/2018 Recebimento pela CFT, com as proposições PL-1149/2015, PL-1995/2015, PL-3244/2015, PL-4705/2016, PL-4926/2016 apensadas	09/05/2018 Dep. Pauderney Avelino (DEM-AM)
OK				
PLC 2866/15	Altera a Lei n.º 9.250, de 26 de dezembro de 1995, concedendo dedução no Importo de Renda Pessoa Física sobre despesas com serviços de profissionais de educação física e academias de ginástica.	03/08/2017 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-8082/2017	16/09/2015 O PL foi publicado e Apensado ao PL 1029/2007	Sem Relator
OK				
PLC 3349/15	Dispõe sobre a dedução dos gastos com academia de ginástica ou em outros esportes na Declaração de Ajuste Anual do Imposto de Renda Pessoa Física. Explicação da Ementa Altera a Lei nº 9.250, de 1995	09/11/2015 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 10/11/15 PÁG 62 COL 01.	Não sofre alterações desde 09/11/2015	Sem Relator
OK				
PLC 4683/16	Altera a Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução como despesa com instrução do imposto de renda das pessoas físicas de gastos com estudo de línguas, com atividades	22/03/2016 - Apense-se à(ao) PL-3397/2015. Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Prioridade 23/03/2016 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Publicação Inicial em avulso e no DCD de 24/03/16 PÁG 188 COL 01.	Apensado à(ao) PL-3397/2015 Não sofre alterações desde 23/03/2016	Sem Relator

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
	esportivas, com aulas de reforço e demais com estudo.			
PL 4165/2015	Acrescenta a alínea "d", no inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a realização de campanhas permanentes de incentivo à prática de atividades físicas.	14/07/2017 Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-4245/2015 apensada.		Sem relator
OK				
PL 5859/2013 Origem: PLS 549/2011 X	Acrescenta alínea ao inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes.	10/04/2017 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvido ao Relator, Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), para manifestar-se, no parecer, quanto aos PL's 5.855/2016 e 6.750/2016, apensados e remover a manifestação quanto ao PL 1.551/2015, que foi desapensado.	23/04/2018 Devolvida pelo Relator sem Manifestação	20/08/2013 Dep. Júlio Cesar (PSD-PI)
PLC 526/11 OK	Concede isenção tributária às academias, clubes e entidades que promovam atividades desportivas com a participação de idosos e deficientes.	12/07/2018 Apresentação do Parecer do Relator, PRL 2 CSSF, pelo Dep. Eduardo Barbosa Parecer do Relator, Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG), pela aprovação deste, do PL 6599/2013, e do PL 7595/2014, apensados, e pela rejeição do PL 7520/2014, apensado.	Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões Não sofre alterações desde 18/05/2015	13/04/2015 - Dep. Eduardo Barbosa (PSDB-MG)

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
X				
PLC 2136/11	Concede benefícios fiscais às empresas que possuam estrutura para a prática esportiva e mantiverem em seus quadros profissional da educação física ou nutrição para atuação junto aos funcionários.	03/08/2017 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Parecer do Relator, Dep. João Gualberto (PSDB-BA), pela inadequação financeira e orçamentária. 22/08/2017 Recebido o Informativo da CONOF. “Devido aos vultosos montantes de renúncia fiscal e a atual situação financeira do País, não foi possível apresentar compensação do benefício fiscal, portanto o Projeto de Lei é inadequado financeira e orçamentariamente.”	06/04/2018 Devolvido ao Relator, Dep. João Gualberto (PSDB-BA), para atualização da legislação orçamentária.	28/05/2015 - Dep. João Gualberto (PSDB-BA)
X				
PLC 5859/13 Origem: PLS 549/2011	Acrescenta alínea ao inciso II do caput do art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução, da base de cálculo do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF), das despesas com a aquisição de livros técnicos diretamente afeitos à profissão do contribuinte e com a aquisição de livros didáticos diretamente afeitos à sua instrução e à dos seus dependentes	10/04/2017 Comissão de Finanças e Tributação (CFT) Devolvido ao Relator, Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA), para manifestar-se, no parecer, quanto aos PL's 5.855/2016 e 6.750/2016, apensados e remover a manifestação quanto ao PL 1.551/2015, que foi desapensado.	23/04/2018 Devolvida pelo Relator sem Manifestação	03/09/2015 - Dep. Edmilson Rodrigues (PSOL-PA)

PROJETOS DE LEI - SENADO

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLS 315/10	Altera a Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998, que "altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências", para isentar, do pagamento de direitos autorais, academias de ginástica, de ensino de lutas e danças e estabelecimentos congêneres.	28/08/2015 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (Secretaria de Apoio à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania) 28/08/2015 - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	28/08/2015 Aguardando Designação Do Relator	Sem Relator
OK				
PLS 30/16	Veda a cobrança, em academias de ginástica e estabelecimentos similares, de valores adicionais de alunos ou professores particulares de educação física ("personal trainers") nas hipóteses que especifica.	30/03/2016 SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 228, de 2016, do Senador Romário, de audiência da CE.	30/03/2016 Aguardando Inclusão Ordem Do Dia De Requerimento Matéria aguardando designação de Relatoria.	Sem Relator
OK				
PLS 127/2017	Altera dispositivos da Lei nº 9.696, de 01/09/1998, para fixar o valor do piso salarial dos profissionais de Educação Física e dá outras providências.	08/05/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	08/05/2017 Matéria aguardando designação de Relatoria.	Sem Relator
OK				

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLC 66/11 OK	Dispõe sobre o exercício da atividade profissional de Guarda-Vidas.	03/04/2018 Em reunião realizada nesta data, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, com a emenda nº 2 – CAE, e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013.	03/04/2018 À CDR, para prosseguimento da tramitação.	03/04/2018 Senadora Lídice da Mata
PLS 127/2017 OK	Altera dispositivos da Lei nº 9.696, de 01/09/1998, para fixar o valor do piso salarial dos profissionais de Educação Física e dá outras providências.	08/05/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Não foram oferecidas emendas no prazo regimental. Matéria aguardando distribuição.	08/05/2017 Matéria aguardando designação de Relatoria.	Sem Relator
PLC 48/2014 OK	Torna obrigatória a presença de profissionais salva-vidas em todos os estabelecimentos que explorem balneários ou outros locais aquáticos abertos ao uso do público.	17/08/2017 CDR - Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo Senador Dário Berger é designado relator da matéria. 02/08/2017 Nesta data, a matéria é recebida na Comissão para continuação da tramitação de forma autônoma	01/08/2017 - Desapensado do PLC 66/11. Tramitando de forma autônoma	17/08/2017 Senador Dário Berger
PLC 71/2014 OK	O projeto disciplina a prevenção de acidentes em piscinas no território nacional; define responsabilidades pelo cuidado com a integridade física dos usuários de piscina; estabelece informações de segurança a serem prestadas aos usuários de piscina e medidas de segurança obrigatórias a serem adotadas em todas as piscinas	21/09/2017 SF-SEXPE - Secretaria de Expediente Situação: REMETIDA À CÂMARA DOS DEPUTADOS Ação: Remetido Ofício SF nº 1002, de 21/09/17, ao Senhor Primeiro-Secretário da Câmara dos Deputados comunicando que o Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo, o Projeto. (fls. 89 a 90).	21/09/2017 - Senado Federal aprovou, em revisão, nos termos do substitutivo, o Projeto. (fls. 89 a 90).	05/09/2017 - Senador Wilder Moraes (PP-GO)

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
	no território nacional; impõe penalidades pelo descumprimento do disposto na presente lei.			
PLC 42/2013 OK	Regulamenta a profissão de Salva-Vidas.	03/04/2018 Em reunião realizada nesta data, a comissão aprova o relatório, que passa a constituir o parecer da CAE, favorável ao Projeto de Lei da Câmara nº 66, de 2011, com a emenda nº 2 – CAE, e contrário ao Projeto de Lei da Câmara nº 42, de 2013.	Apensado ao PLC 66/11	03/04/2018 Senadora Lídice da Mata
PLS 103/12 X	Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para assegurar que somente profissionais qualificados em educação física possam ministrar os conteúdos desse componente curricular.	02/02/2015 - SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga	Não sofre alterações desde 02/02/2015	25/04/2012 - Senador Benedito de Lira
PLS 112/12 OK	Altera o art. 8º da Lei nº 9.250, de 26 de dezembro de 1995, para permitir a dedução de despesa com nutricionista, professor de educação física e com academias de ginástica da base de cálculo do imposto de renda da pessoa física.	29/06/2016 - ATRSGM - Assessoria Técnica Ação: Juntado original de manifestação do Ofício nº PR-025/2016, do Instituto de Advogados Brasileiros. (Fls 20/25).	04/11/2015 - CAE - Comissão de Assuntos Econômicos - AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR	Sem Relator

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
PLS 443/12 X	Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre educação física no ensino infantil, fundamental e médio.	02/02/2015 SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Ação: A matéria continua a tramitar, nos termos do art. 332 do Regimento Interno e do Ato da Mesa nº 2, de 2014. Aguardando inclusão em Ordem do Dia do Requerimento nº 234, de 2014, do Senador Eduardo Braga,	Aguardando apreciação de requerimento para apensá-lo ao PLC 116/13	14/03/2013 - Senadora Ana Rita
PLS 522/2013 OK	Dispõe sobre as relações de trabalho do técnico ou treinador profissional de modalidade desportiva coletiva e revoga a Lei nº 8.650, de 20 de abril de 1993.	13/09/2017 CE - Comissão de Educação, Cultura e Esporte Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: Distribuído ao Senador Randolfe Rodrigues, para emitir Relatório.	13/09/2017 – Senador Romário deixou a Comissão e foi designado o Senador Randolfe Rodrigues	13/09/2017 – Randolfe Rodrigues (REDE -AP)
PLC 116/13 X	Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional - LDB, para dispor sobre a formação dos professores de educação física na educação básica.	20/02/2017 SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal Situação: AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO	20/02/2017 Aguardando Inclusão Ordem Do Dia De Requerimento	10/12/2013 - Senador Lindbergh Farias



PROJETOS DE LEI - S I N D I C A T O / S E N A D O

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
<p>S PLS 211/2016 X</p>	<p>Altera a Lei nº11.648, de 31 de março de 2008 para determinar que os sindicatos, federações e confederações de categorias econômicas ou profissionais prestem contas ao Tribunal de Contas da União sobre a aplicação da contribuição sindical; e a Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, para explicitar que suas disposições se aplicam às entidades destinatárias da contribuição sindical.</p>	<p>12/09/2016 SLSF - Secretaria Legislativa do Senado Federal- AGUARDANDO INCLUSÃO ORDEM DO DIA DE REQUERIMENTO Ação: Aguardando inclusão em Ordem do Dia, do Requerimento do Senador Paulo Paim, solicitando audiência da CAS</p>	<p>12/09/2016 Aguardando Inclusão Ordem Do Dia De Requerimento</p>	<p>03/06/2016 - Senador Ronaldo Caiado</p>
<p>S PLS 385/2016 X</p>	<p>Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para estabelecer que a contribuição sindical será devida somente pelos filiados aos sindicatos, em benefício de seus entes representativos, e dá outras providências.</p>	<p>12/07/2017 CAS - Comissão de Assuntos Sociais MATÉRIA COM A RELATORIA O Relator, Senador Wilder Moraes, solicita reexame do Relatório. O processado da matéria permanecerá na Secretaria da Comissão, conforme o art. 6º da Instrução Normativa da Secretaria-Geral da Mesa nº 4, de 2015.</p>	<p>12/07/2017 - O Relator, Senador Wilder Moraes, solicitou reexame do Relatório</p>	<p>10/05/2018 Senador Airton Sandoval</p>

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
S PLS 77/2016	Dispõe sobre a substituição processual pelo sindicato da categoria profissional. Explicação da Ementa: Dispõe sobre a representação da categoria profissional, judicial ou extrajudicialmente, pelos sindicatos na defesa de quaisquer interesses dos integrantes da categoria profissional, nos termos do art. 8º, III, da Constituição da República.	01/07/2016 - CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: MATÉRIA COM A RELATORIA Ação: O Presidente da Comissão, Senador José Maranhão, designa relator da matéria o Senador Randolfe Rodrigues.	01/07/2016 - Matéria Com A Relatoria	01/07/2016 - Senador Randolfe Rodrigues
S PLS 313/2015	Modifica o § 1º do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a interveniência de sindicato ou de autoridade administrativa na rescisão de contrato de trabalho de empregado com mais de três meses de serviço.	08/08/2017 CAS - Comissão de Assuntos Sociais PRONTA PARA A PAUTA NA COMISSÃO Recebido o Relatório do Senador Flexa Ribeiro, com voto pela Declaração de Prejudicialidade do Projeto de Lei do Senado nº 313, de 2015. (fls. 5 a 7) Matéria pronta para a Pauta na Comissão.	08/08/2017 - Declaração de Prejudicialidade do Projeto pelo Relator	04/04/2017 Senador Flexa Ribeiro PSDB (PA)
S PLS 8/2014	Modifica o § 3º do art. 71 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT - aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para permitir a redução do intervalo para descanso e alimentação do empregado, por meio de acordo ou convenção coletiva.	19/08/2015 - CAS - Comissão de Assuntos Sociais Situação: AUDIÊNCIA PÚBLICA Ação: Em Reunião Extraordinária realizada nesta data, é aprovado EXTRAPAUTA o Requerimento nº 28, de 2015-CAS, de iniciativa do Senador Paulo Paim, de Audiência Pública para instruir o Projeto de Lei do Senado nº 8, de 2014 A tramitação da matéria permanece suspensa na Comissão, nos termos do artigo 118, § 4º, do Regimento Interno do Senado Federal, aguardando a realização de Audiência Pública em data oportuna.	Não sofre alterações desde 19/08/2015	26/02/2014 - Senadora Ângela Portela

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
<p>S PLS 88/2013</p>	<p>Acrescenta § 5º ao art. 59 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a negociação do banco de horas com a categoria profissional preponderante e dá outras providências</p> <p>Explicação da Ementa: Altera a Consolidação das Leis Trabalhistas, acrescentando § 5º ao art. 59, para permitir às empresas que tenham empregados de categorias profissionais diferentes realizar contrato ou acordo coletivo de trabalho válido para todos os seus empregados, diretamente com o sindicato da categoria preponderante, no tocante às regras do “banco de horas”, ficando prejudicadas cláusulas semelhantes de outros acordos ou convenções coletivas de trabalho.</p>	<p>15/03/2017 CAS - Comissão de Assuntos Sociais</p> <p>Situação: PEDIDO DE VISTA CONCEDIDO</p> <p>Ação: Instalada nesta data a Comissão de Assuntos Sociais.</p> <p>Matéria com pedido de vista coletiva formulado em 14/12/2016.</p>	<p>15/03/2017 Matéria com pedido de vista coletiva formulado em 14/12/2016.</p>	<p>24/02/2016 - Senador Otto Alencar</p>
<p>S PLS 245/2016</p>	<p>Modifica a Consolidação das Leis do Trabalho – aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para regulamentar a contribuição para custeio de negociação coletiva, destinada ao financiamento das entidades sindicais.</p>	<p>19/03/2018 Aguardando inclusão em Ordem do Dia dos Requerimentos nºs: - 152, de 2017, do Senador Gladson Cameli, solicitando a tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 245 e 407, de 2016-Complementares; - 154, 155 e 156, de 2017, do Senador Davi Alcolumbre, solicitando que, sobre os Projetos de Lei do Senado nºs 407, 413 e 412, de 2016-Complementares, seja ouvida a CCJ; e</p>	<p>19/03/2018 Aguardando inclusão na Ordem do Dia de Requerimento</p>	<p>08/10/2015 - Senadora Vanessa Grazziotin</p>

PROJETO DE LEI	EMENTA	SITUAÇÃO	COMENTÁRIOS	RELATOR
		- 788, de 2017, do Senador Romero Jucá, solicitando a tramitação conjunta do Projeto de Lei do Senado nº 311, de 2017, com os Projetos de Lei do Senado nºs 245, 407, 412 e 413, de 2016; e 537, de 2013 (que já tramita em conjunto com os Projetos de Lei do Senado nºs 626, de 2015 e 180, de 2013).		
S PLS 296/2011	Altera os §§ 1º e 2º do art. 616 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor sobre a prestação de informações na negociação coletiva. Explicação da Ementa: ... para excluir a previsão de recusa à negociação coletiva e determinar que, para fins de negociação coletiva, a empresa é obrigada a prestar informações sobre sua situação econômica e financeira, no prazo de sete dias a contar da formalização do pedido pelo sindicato profissional. Impõe ao sindicato solicitante o dever de resguardar o sigilo das informações fornecidas pela empresa, mesmo após o final da negociação, ainda que frustrada. Determina entrada em vigor na data de sua publicação.	13/02/2017 CCJ - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania Situação: AGUARDANDO DESIGNAÇÃO DO RELATOR Ação:Matéria aguardando redistribuição em virtude de o Senador Ataídes Oliveira ter deixado de compor esta Comissão em 09/02/2017.	13/02/2017 Aguardando designação do relator	Sem Relator

PROJETOS DE LEI - S I N D I C A T O / C Â M A R A

<p>S PLC 5795/2016</p>	<p>Altera os artigos 529, 530, 548, 580 e 592 da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-lei nº 5452, de 1º de maio de 1943, acrescentando-lhe o art. 549-A e um Capítulo III-A; altera o art. 92 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, e revoga os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º do Decreto-lei nº 1.166, de 15 de abril de 1971, e o art. 7º da Lei nº 11.648, de 31 de março de 2008, para dispor sobre a contribuição negocial e dá outras providências.</p>	<p>19/04/2018 Recebimento pela CTASP, apensado ao PL-6706/2009</p>		<p>Sem Relator</p>
<p>S PLC 5729/2016</p>	<p>Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), para tornar facultativa a contribuição sindical anual. Explicação da Ementa Altera o Decreto-lei nº 5.452, de 1943.</p>	<p>08/08/2016 Retirado o PL n. 5729/2016, em razão do deferimento do Requerimento n. 4.948/2016, nos termos do artigo 104, combinado com o artigo 114, VII, ambos do RICD</p>		
<p>S PLC 5479/2016</p>	<p>Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, a fim de garantir a transparência na utilização da contribuição sindical e prestação de contas das entidades sindicais ao Tribunal de Contas da União - TCU.</p>	<p>09/05/2017 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-7419/2017. Inteiro teor 31/05/2017 Apense-se a este(a) o(a) PL-7709/2017.</p>	<p>14/06/2016 Apensado ao PL-4977/2016.</p>	<p>Sem Relator</p>
<p>S PLC 4977/2016</p>	<p>Altera a Lei nº 11.648, de 31 março de 2008, que dispõe sobre o reconhecimento formal das centrais sindicais para os fins que especifica, altera a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. Explicação da Ementa Trata da exigência de prestação de contas de sindicatos, federações, confederações e centrais sindicais ao Tribunal de Contas da União.</p>	<p>29/11/2017 Apresentação do Requerimento n. 7805/2017, pelo Deputado Rogério Marinho (PSDB-RN), que: "Requer o arquivamento de proposições que visam alterar a Reforma</p>	<p>Novo relator designado</p>	<p>07/06/2017 - Relator, Dep. Fábio Mitidieri (PSD-SE)</p>

		Trabalhista e a Lei de Terceirização		
S PLC 4807/2016	Altera a Lei n.º 12.016, de 7 de agosto de 2009 que disciplina o mandado de segurança individual e coletivo e dá outras providências. Explicação da Ementa Possibilita que os partidos políticos, as organizações sindicais, as entidades de classe e as associações impetrem mandado de segurança coletivo para defesa de direitos difusos.	01/04/2016 - À Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (Mérito e Art. 54, RICD) - Art. 24, II Proposição Sujeita à Apreciação Conclusiva pelas Comissões - Art. 24 II. Regime de Tramitação: Ordinária 05/04/2016 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Apense-se a este(a) o(a) PL-4856/2016	Não sofre alterações desde 05/04/2016	Sem Relator
S PLP 202/2015	Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006. Inclui a Contribuição Sindical Patronal no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.	04/12/2015 - Apense-se à(ao) PLP-3/2007. Proposição Sujeita à Apreciação do Plenário. Regime de Tramitação: Prioridade 08/12/2015 - Comissão de Finanças e Tributação (CFT)	Situação: Apensado ao PLP 3/2007	Sem Relator

<p>S PLP 3/2007</p>	<p>Altera a Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.</p> <p>Explicação da Ementa Inclui a Contribuição Sindical Patronal no Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte - Simples Nacional.</p>	<p>11/05/2018 Parecer do Relator, Dep. Helder Salomão (PT-ES), pela compatibilidade e adequação financeira e orçamentária do Projeto de Lei Complementar 3/2007, do PLP 600/2010, apensado, e do Substitutivo da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços; pela não implicação da matéria em aumento ou diminuição da receita ou da despesa públicas, não cabendo pronunciamento quanto à adequação financeira e orçamentária dos PLP's 4/2007, 67/2011, 144/2015 e 202/2015, apensados; e pela incompatibilidade e inadequação financeira e orçamentária do PLP 599/2010; e, no mérito, pela rejeição dos PLP's 67/2011, 144/2015 e 202/2015, apensados, e pela aprovação do PLP 3/2007, dos PLP's 4/2007 e 600/2010, apensados, com substitutivo</p>	<p>11/04/2017 - Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição de iniciativa individual n. 6254/2017, pelo Deputado Antonio Carlos Mendes Thame (PV-SP), que: "Requer a retirada de tramitação e o arquivamento do PLP nº 3/2007...",</p>	<p>Deputado Helder Salomão (PT/ES)</p>
--------------------------------	---	---	---	--

<p>S PL 3016/2015</p>	<p>Modifica o art. 2º da Lei 10.101, de 19 de dezembro de 2000.</p> <p>Explicação da Ementa Altera a norma referente aos Programas de Participação nos Lucros ou Resultados, para orientar a participação das entidades sindicais nos casos de empresas com múltiplas atividades ou filiais.</p>	<p>18/04/2017 COORDENAÇÃO DE COMISSÕES PERMANENTES (CCP) Encaminhada à publicação. Parecer da Comissão de Desenvolvimento Econômico, Indústria, Comércio e Serviços Publicado em avulso e no DCD de 19/04/17 PÁG 1032 COL 01, Letra A. Inteiro teor</p>	<p>Parecer pela aprovação</p>	<p>11/04/2017 - Deputado Adérmis Marini (PSDB/SP)</p>
<p>S PL 2013/2015</p>	<p>Altera o Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.</p> <p>Explicação da Ementa Altera a Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre contribuição sindical.</p>	<p>13/07/2015 - Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Retirado o PL 2013/2015, em razão do deferimento do Requerimento n. 2403/2015, nos termos do artigo 104 combinado com o artigo 114, VII, ambos do RICD</p>	<p>16/07/2015 - Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público (CTASP) Devolução à CCP, em razão do Memorando Nº 185/15 - COPER</p>	<p>Sem Relator</p>
<p>S PL 4165/2015 OK</p>	<p>Acrescenta a alínea "d", no inciso I do art. 6º da Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para determinar a realização de campanhas permanentes de incentivo à prática de atividades físicas.</p>	<p>14/07/2017 Recebimento pela CCJC, com a proposição PL-4245/2015 apensada.</p>		<p>Sem relator</p>

<p>S PL 3887/2015 OK</p>	<p>Dispõe sobre a obrigatoriedade da apresentação de atestado de boa saúde, fornecido por médico, antes da matrícula em academias, clubes e escolas de artes marciais, para a prática de quaisquer atividades físicas, e dá outras providências.</p>	<p>07/11/2017 Apresentação do Requerimento de Retirada de proposição n. 7618/2017, pelo Deputado Fábio Mitidieri (PSD-SE), que: "Requer a retirada de tramitação do Projeto de Lei nº 3.887, de 2015"</p>	<p>13/11/2017 Retirado de tramitação</p>	
<p>S PLC 4029/2008</p>	<p>Proíbe impedimentos e restrições a profissionais liberais estrangeiros, atuando legalmente no País. Altera a Lei nº 6.815, de 1980. Revoga dispositivo que veda ao estrangeiro participar da administração ou representação de sindicato ou associação profissional, bem como de entidade fiscalizadora do exercício de profissão regulamentada.</p>	<p>20/12/2016 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Remessa ao Senado Federal por meio do Of. nº 197/16/PS-GSE</p>	<p>20/12/2016</p>	<p>Sem Relator</p>
<p>S PLC 8636/2017 Errado, é 8639</p>	<p>Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a contribuição sindical.</p>	<p>20/09/2017 PLENÁRIO (PLEN) Apresentação do Projeto de Lei n. 8639/2017, pelo Deputado Marco Maia (PT-RS), que: "Acrescenta dispositivos à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT para dispor sobre a contribuição sindical".</p>	<p>Apresentado novo PL para contribuição Sindical</p>	<p>Sem Relator</p>
<p>S PL 2141/2011 Origem: PLS 324/2010</p>	<p>Altera o art. 580 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para fixar o valor da contribuição sindical anual dos agentes e trabalhadores autônomos e dos profissionais liberais e para dispor sobre a sua atualização.</p>	<p>26/08/2016 Mesa Diretora da Câmara dos Deputados (MESA) Arquivado nos termos do artigo 54 combinado com o § 4º do artigo 58 do RICD (inconstitucionalidade). DCD de 27/08/16 PÁG 52 COL 01.</p>	<p>26/08/2016 Arquivado nos termos do artigo 54 combinado com o § 4º do artigo 58 do RICD</p>	<p>24/09/2015 - Dep. Elmar Nascimento (DEM-BA)</p>

